



PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014 - 2020



PO ISE  
PROGRAMA OPERACIONAL  
INCLUSÃO SOCIAL  
E EMPREGO



PROGRAMA OPERACIONAL  
SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS  
2014 - 2020

# **PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA**



UNIÃO EUROPEIA  
Fundos Europeus Estruturais  
e de Investimento

**PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL**  
**DA**  
**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas

Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO) mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III Tâmega e Sousa.
- ix. A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1<sup>a</sup> fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2<sup>a</sup> fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2<sup>a</sup> fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, neste ato representada por Emídio Gomes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro;

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) será representada por Maria Manuela Araújo de Matos que outorga na qualidade de Vogal Executivo nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2015;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), neste ato representada por Domingos Lopes que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, José Inácio Cardoso Ribeiro.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

3

### Cláusula 1<sup>a</sup>

#### Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (adiante designada por Comunidade Intermunicipal), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

### Cláusula 2<sup>a</sup>

#### Dotação financeira



1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 66.026.861,15 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte assegura um apoio de 30.041.503,06 euros FEDER e de 29.728.521,33 euros FSE, que totalizam um montante de 59.770.024,39 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 446.250,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) assegura um apoio de 3.649.036,76 euros do FSE, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
5. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 2.161.550,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
6. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

4

**Cláusula 3<sup>a</sup>****Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A Comunidade Intermunicipal compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).
2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.<sup>a</sup>,



ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.

3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas, conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º93/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.
4. A Comunidade Intermunicipal, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a Comunidade Intermunicipal compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

**Cláusula 4<sup>a</sup>****Vigência**

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

**Cláusula 5<sup>a</sup>****Elementos integrantes do Pacto**

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa enquanto organismo intermédio, onde se incluem os elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das

Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.

2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

- Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida
- Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023
- Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Penafiel, 26 de Janeiro de 2016

O presente Pacto é feito em quintuplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE2020)

  
Emídio Gomes

A Vogal Executiva da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR)

*Maria Manuela Araújo de Matos*

Maria Manuela Araújo de Matos

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

(PO ISE)

*Domingos Lopes*

Domingos Lopes

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020

7

Patrícia Cotrim

*Patrícia Cotrim*

O Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

*José Inácio Cardoso Ribeiro*

José Inácio Cardoso Ribeiro



*S & D  
TCA*

## **ANEXO 1**

**Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e  
Prioridade de Investimento ou Medida**

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA**

## ANEXO 2

Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto  
(realização e resultado) para 2018 e 2023

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA

Anexo 1

Pacto para o Desenvolvimento e Coessão Territorial da CIM Tâmega e Sousa

**Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida**

Prioridade de Investimento/Medida	Programa Operacional	FEDER	FSE	Fundo de Coesão	FEADER	Fundo Total
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inovação, a cultura em linha e a saúde em linha	PO NORTE	3 628 340,94				3 628 340,94
03.M04 - Investimentos em ativos físicos	PDR 2020		2 161 550,00			2 161 550,00
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética; à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	PO NORTE	9 615 520,98				9 615 520,98
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	PO SEUR		119 000,00			119 000,00
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	PO SEUR		327 250,00			327 250,00
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	PO NORTE	10 727 962,24				10 727 962,24
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à criação de empresas	PO NORTE	3 286 585,46				3 286 585,46
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	PO NORTE		12 286 043,09			12 286 043,09
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	POISE		1 773 808,87			1 773 808,87
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	POISE		1 875 227,89			1 875 227,89
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuem para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	PO NORTE	4 161 055,68				4 161 055,68
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	PO NORTE		6 714 516,00			6 714 516,00
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	PO NORTE	9 350 000,00				9 350 000,00
	<b>Total</b>	30 041 503,06	33 377 558,09	446 250,00	2 161 550,00	66 026 861,15
	<b>Total PO NORTE</b>	30 041 503,06	29 728 521,33			56 770 024,39
	<b>Total PDR 2020</b>			2 161 550,00	2 161 550,00	
	<b>Total PO SEUR</b>		446 250,00		446 250,00	
	<b>Total PO ISER</b>	3 649 036,76				3 649 036,76



卷之三

卷之三

卷之三

Prioridade de Investimento/Metida - Programa Operacional (Fundo)	Dotação Negociado	Designação	Indicadores					Dotação Fundo Contratado
			Tipo de Indicador	Unidade de Medida	Valor base	2018	2023	
02.03 - PO NORTE (FEDER)	3 628 340,94	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	Nº	0	73%	73%	3 628 340,94
Câmara Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras		Resultado	%	19,70%	19,70%	19,70%	100%	
Individuos com idade entre 16 e 74 anos que preenchiam e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de individuos		Resultado	%	800	1 000	2 161 550,00		
Regadios tradicionais - Área a beneficiar	2 161 550,00	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	Realização	Euros	0	2 034 400	2 543 000	
Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos		Realização	kWh/ano	0	4 638 075	18 552 299	9 615 520,98	
Consumo de energia primária na administração regional e local		Resultado	tEP	235 365	233 565	226 305		
Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos		Realização	%	0	1	1	119 000,00	
Instrumentos de planeamento das medidas de adaptação às alterações climáticas identificadas no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão apoiados		Resultado	%	0	8%	15%		
Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	119 000,00	Realização	Nº	0	758	758	327 250,00	
Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta		Realização	%	0	20	20		
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autemprego		Realização	Nº	0	858	1 430	10 727 962,24	
Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio		Resultado	%	60%	60%	70%		
Empresas que beneficiam de apoio		Realização	Nº	0	26	131	3 286 585,46	
Postos de trabalho criados		Resultado	Nº	0	37	184		
Participantes em reuniões de trabalho socialmente necessário		Realização	Nº	0	2 949	4 914	12 286 043,09	
Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em apoios de trabalho socialmente necessário		Realização	%	37%	37%	42%		
Entidades acreditadas na Bolsa do Voluntariado		Realização	Nº	0	214	571	339 858,87	
Entidades que aderiram a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na Bolsa de Voluntariado		Realização	%	0	70%	90%		
Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura		Realização	Nº	0	63	169	1 433 950,00	
Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura		Realização	%	0	70%	90%		
Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis		Realização	%	0	4	12	1 875 227,89	
Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis		Realização	%	0	70%	90%		
Equipamentos sociais e de saúde apoiados		Realização	Nº	0	4	16	4 161 055,68	
Acessos de utentes nos equipamentos sociais apoiados		Realização	%	5%	10%			
Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar	1 875 227,89	Realização	Nº	0	1	1	6 714 516,00	
Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	4 161 055,68	Realizado	Nº	0	7 900	13 200		
Capacitação das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas		Realização	%	82%	82,32%	82,84%		
Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	6 714 516,00	Realizado	Nº	0	433	1 731	9 350 000,00	
Total Geral	9 350 000,00						66 026 861,15	





*Rosa*

## ANEXO 3

PACTO aprovado pelas AG dos Programas financiadores

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA





## Comprovativo da Candidatura Plano Estratégico EIDT-99-2015-02-008

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

#### Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

#### Eixo Prioritário

Não aplicável

#### Objetivo Temático

Não aplicável

#### Prioridade de Investimento

Não aplicável

#### Tipologia de intervenção

Não aplicável

#### Plano Estratégico

## Identificação do Promotor

<b>NIF</b>	<b>Nome ou Designação Social</b>
508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA
<b>Morada (Sede Social)</b>	
Avenida José Júlio nº 42	
<b>Código Postal</b>	<b>Localidade</b>
4560-547	PENAFIEL
<b>NUT III</b>	<b>NUT II</b>
Tâmega e Sousa	Norte
<b>Telefone</b>	<b>E-mail</b>
255718340	geral@cimtamegaesousa.pt
<b>Telefax</b>	<b>URL</b>
255718349	<a href="http://www.cimtamegaesousa.pt">http://www.cimtamegaesousa.pt</a>

### Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

## Identificação do Responsável Técnico da Operação

<b>Nome Responsável</b>	<b>Telefone Responsável</b>
Alírio Fernando Ribeiro da Costa	255718340
<b>Cargo Responsável</b>	<b>Telemóvel Responsável</b>
Primeiro-secretário	964056245
<b>Serviço/Departamento</b>	<b>Email Responsável</b>
SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL	alirio.costa@cimtamegaesousa.pt
	<b>Email Alternativo</b>

## Experiência do Promotor

### Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

No âmbito do QREN, a CIM do Tâmega e Sousa – na configuração anterior, que incluía o município de Paredes – promoveu e contratualizou o Programa Territorial de Desenvolvimento do Tâmega (PTD-T). Na génese deste programa esteve o objetivo estratégico, assumido no QREN, de reforçar a ação e concertação intermunicipal no sentido de aumentar a eficiência e a qualidade na provisão de bens públicos. A contratualização era aí assumida como um instrumento determinante para oferecer um quadro financeiro de investimento municipal plurianual estável, fomentando a coesão e o equilíbrio do território da Região Norte e a integração das intervenções de desenvolvimento territorial.

O PTD-T estava organizado em cinco eixos estratégicos:

- No Eixo Prioritário I, foram contratadas 2 operações que consistiram na criação de dois parques empresariais, 1 em Celorico de Basto e outro em Resende, estando as obras já concluídas;
- No Eixo Prioritário II, foram contratadas 3 operações, sendo 2 delas relativas à construção da ecopista ao longo do Rio Tâmega, nos municípios de Amarante e Celorico de Basto;
- No eixo III, foram contratadas 65 operações relativas à requalificação da rede escolar, em todo o território da CIM, com exceção do município de Castelo de Paiva;
- O Eixo IV subdividia-se em duas tipologias, tendo havido 26 operações na promoção da conectividade do sistema urbano regional, com um montante de investimento elegível de 13 milhões de euros, e 2 operações na promoção da mobilidade urbana, com um montante de investimento elegível de 1 milhão de euros;
- No Eixo V, foram contratadas 2 operações que visaram operações de modernização administrativa nos municípios de Baião e Resende, num total de 0,2 milhões de euros.

Sintetizando, no âmbito deste programa foi contratualizado investimento elegível no montante total de cerca de 150 milhões de euros, sendo 1,1 milhões para o Eixo I, 5,5 para o Eixo II, 124,9 para o Eixo III, 15,8 para o Eixo IV e 0,2 para o Eixo V. Note-se que estes montantes incluem o Município de Paredes que, na sequência da lei 75/2013, deixou de estar integrado na CIM do Tâmega e Sousa, o que provocou uma quebra do montante elegível sob gestão desta entidade de 38 M€ de IE.

A boa capacidade de execução demonstrada pela CIM permitiu que, a estes montantes, viessem a acrescer 25,5 milhões de euros no eixo III (15 operações) e 4,1 milhões de euros no eixo II (8 operações), que dizem respeito à Bolsa de Mérito. Recorda-se que o acesso à Bolsa de Mérito estava limitado aos promotores integrados numa CIM que já tivesse todo o valor da subvenção global previsto para o primeiro triénio de vigência comprometido, como acontecia na CIM do Tâmega e Sousa. Assim, só fruto da boa execução do PTD, a CIM teve acesso à contratualização destes montantes no âmbito da Bolsa de Mérito.

No cômputo global, a CIMTS é, nesta data, responsável pelo acompanhamento da execução de 123 operações, 103 das quais já se encontram concluídas e com relatório final submetido, sendo que, dos 121 milhões de euros de FEDER envolvidos, 110 milhões já se encontram pagos aos promotores. Este investimento permitiu, entre outras coisas, a construção/remodelação de 80 escolas, a construção/beneficiação de 173 km de rede viária, a criação de 2 parques empresariais e a construção de uma ecopista que vai desde Amarante até Celorico de Basto, numa extensão de cerca de 50 km.

## Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
510841074	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA MOREIRA - J.F. V. GARCIA, CHAPA E ABOIM	Valorização dos recursos florestais
E5080328731	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO CASAL / VARGELAS	Valorização dos recursos florestais
E5080328732	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA FONTE FRIA RODELHO VELHO - J.F. ANSIÃES	Valorização dos recursos florestais
E5080328733	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA RIBEIRA - J.F. ANSIÃES	Valorização dos recursos florestais
193903024	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO ÁGUA DA VILA	Valorização dos recursos florestais
181370212	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA LEVADA DE PINGUEL	Valorização dos recursos florestais
900523832	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO LEVADA DO ROSÁRIO	Valorização dos recursos florestais

902038990	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE EIRAS	Valorização dos recursos florestais
507817257	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DA BARRAGEM DO SEIXO - J.F. REAL	Valorização dos recursos florestais
E5108352011	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE BRITELO - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	Valorização dos recursos florestais
E5108352012	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE CARRAZEDO - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	Valorização dos recursos florestais
E5108352013	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE GUIMBRA E RIBEIRA - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	Valorização dos recursos florestais
510835546	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE BOUÇAS - J.F. CANEDO DE BASTO E CORGO	Valorização dos recursos florestais
506811875	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DO PISÃO - J.F. NESPEREIRA	Valorização dos recursos florestais
506739708	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DE CONTENÇA - J.F. CINFÃES	Valorização dos recursos florestais
901445150	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO BARREIRINHO	Valorização dos recursos florestais
506956903	JUNTA DE AGRICULTORES DO CHÃO DA PONTE AS ROÇADAS - J.F. TENDAIS	Valorização dos recursos florestais
513725105	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DA BORBELA E DE CRESTINS - J.F. MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS	Valorização dos recursos florestais
900485442	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DE GUNDE	Valorização dos recursos florestais
510838626	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DA PORTA - J.F. PEDREIRA, RANDE E SERNANDE	Valorização dos recursos florestais
E5007260191	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO ENTRE LEVADAS / COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LOUSADA	Valorização dos recursos florestais
E5007260192	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA PRESA DOS CARREGAIS / COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LOUSADA	Valorização dos recursos florestais
507626745	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE FREIMONTE - J.F. FONTE ARCADA	Valorização dos recursos florestais
510833250	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA PRESA DOS CASTELOS - J.F. LAGARES E FIGUEIRA	Valorização dos recursos florestais
507352769	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO PRESAS DO MONTE - J.F. DUAS IGREJAS	Valorização dos recursos florestais
507702336	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO CABO DAS LEVADAS - J.F. RESENDE	Valorização dos recursos florestais
504695436	QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.E.M.	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;

501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
509266614	CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
509266614	CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
507065743	TECVAL - Centro de Incubação de Empresas do Vale do Sousa	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
509266614	CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
510945856	CENTRO SOCIAL E CÍVICO VIVER S. MARTINHO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
506000915	ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DAS VITIMAS DA TRAGÉDIA DE ENTRE OS RIOS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

502605634	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE PEDORIDO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
509154670	ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE S. GONÇALO DE NOJÕES	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
506244830	CENTRO SOCIAL DE REAL	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504650939	CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
502312874	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SOBRADO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
509879500	CENTRUM F - CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FORNOS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501719121	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO DE PAIVA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

507133358	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL S.TO ANDRÉ DE CODESSOSO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504321668	ASSOCIAÇÃO ESTRELA D' AMIZADE	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501073051	CASA DO POVO DE FERVENÇA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
506384667	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CANEDO DE BASTO E CORGO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
502513306	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE DIVINO SALVADOR	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504009079	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S.TO ANDRÉ DE MOLARES	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504938738	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE S.MARTINHO DE FORNELOS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;



500801193	EXTERNATO Sº VICENTE DE PAULO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501123652	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
500979294	ADIB - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE BARROSAS	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501412905	CERCIFEL	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
510267262	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE STª MARIA DE POMBEIRO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504760610	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PE. ANTÓNIO MENDONÇA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
503311057	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTÃO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

502358777	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
502025581	ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA E CULTURAL AO ENCONTRO DAS RAIZES	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
500852510	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
504402331	ADASM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL DE MEINEDO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
509360335	ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
501411402	OBRA SOCIAL E CULTURAL SÍLVIA CARDOSO	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
500976945	APADIMP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DIMINUÍDOS MENTAIS DE PENAFIEL	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

508752272	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DA PORTELA	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
502561289	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAGARES	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;

## Caracterização do Pacto

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Tâmega e Sousa

#### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

##### Situação atual do território

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa entende o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) como um dos instrumentos para a concretização da sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), oportunamente reconhecida. Nesse sentido, os elementos de caracterização apresentados neste e em campos seguintes são consistentes com aquela EIDT e, frequentemente, dela diretamente extraídos (com as adaptações decorrentes do âmbito temático restrito que o Convite n.º 3/2015 impõe ao PDCT).

O PDCT que agora se propõe visa, no quadro da EIDT, contribuir para combater os dois traços essenciais da situação do território:

- O T&S é a sub-região mais pobre da Região Norte e não tem acompanhado a dinâmica que outras sub-regiões têm mostrado;
- O T&S é caracterizado, aos mais diversos níveis, por uma forte heterogeneidade interna.

Naturalmente, a medida desse contributo estará condicionada pelo âmbito temático do PDCT e pela dotação financeira disponível.

Relativamente ao primeiro destes traços, não existe informação estatística sobre o PIB per capita do T&S na sua atual composição. Para a NUT III Tâmega (nomenclatura de 2002), o INE indica um PIB per capita de 9 442€, em 2013. Com a saída dos municípios de Paredes, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, este valor terá provavelmente diminuído, dado o nível de desenvolvimento e a importância populacional do primeiro face aos três restantes. Utilizando, no entanto, os valores do Tâmega como a aproximação possível aos do atual T&S, verifica-se que este tem um PIB per capita que é apenas 81,5% do registado no Douro, a segunda NUT III mais pobre da Região Norte. Este diferencial tem-se vindo a agravar, dado que era de 90,9% no ano 2000.

Sendo a mais pobre do Norte, a economia do T&S não está estagnada. Pelo contrário, entre 2000 e 2013, o seu PIB per capita aumentou 44% e passou de 65,2% para 70,9% da média regional, convergindo ligeiramente. Esta convergência decorreu, no entanto, essencialmente da reduzida dinâmica da sub-região mais desenvolvida, o Grande Porto, não tendo o T&S acompanhado o ritmo de crescimento das sub-regiões mais pobres, nomeadamente do Alto Trás-os-Montes, do Douro e do Minho-Lima que cresceram, respetivamente, 66%, 61% e 47%.

O segundo traço essencial do T&S é a heterogeneidade interna, amplamente documentada na EIDT. Retomamos alguns exemplos aí apresentados:

- A densidade populacional varia entre 794 pessoas/km<sup>2</sup> em Paços de Ferreira, onde quase metade da

população vive em lugares com mais de 2 000 habitantes, e 85 pessoas/km<sup>2</sup> em Cinfães, onde nenhuma localidade atinge aquele limiar;

- O índice de envelhecimento varia entre 144, em Resende, e 60, em Lousada;
- A taxa de mortalidade infantil varia entre 1,2 por mil em Amarante e 4,2 em Castelo de Paiva;
- A população com mais de 15 anos que não foi além do primeiro ciclo do ensino básico varia de 39% em Castelo de Paiva a 56% em Resende;
- No censo de 2011, a taxa de desemprego em Cinfães (20%) era o dobro da registada em Felgueiras (10%);
- A indústria transformadora representa 69% do valor acrescentado bruto em Felgueiras mas apenas 4% em Cinfães; o peso dos serviços varia entre 24%, em Felgueiras, e 57%, em Resende;
- A população servida por sistemas de águas residuais oscila entre 20% em Baião, Celorico de Basto e Castelo de Paiva e quase 100% em Lousada.

Em geral, é possível contrapor os concelhos da zona do Vale do Sousa, mais industrializados, mais densamente povoados e com uma população mais jovem, aos do Baixo Tâmega e do Douro, com fortes marcas de ruralidade, escassa densidade populacional e população envelhecida. No entanto, os padrões espaciais da heterogeneidade do T&S são mais complexos do que esta dicotomia sugere. Aliás, alguns concelhos, são eles próprios marcados por fortes contrastes internos, do que Amarante será talvez o exemplo mais evidente.

A heterogeneidade constituiu, compreensivelmente, um desafio à definição de uma estratégia que mobilizasse os onze municípios do T&S. A elaboração da EIDT foi, por isso, um momento marcante no processo de consolidação da Comunidade Intermunicipal.

A magnitude desse desafio foi multiplicada pela ausência de uma identidade regional agregadora que constitui uma das fraquezas do T&S: se perguntado sobre a sua origem, nenhum habitante desta Comunidade afirma espontaneamente ser "do T&S". Entre outras explicações, este défice identitário reflete a inexistência, ao contrário do que acontece noutras sub-regiões do Norte, de um polo urbano de referência, para o qual essa identidade possa remeter. O sistema urbano do T&S é marcado por um conjunto de cidades, em geral, sedes de concelho, entre as quais não há uma hierarquia muito definida. O défice identitário reflete também o facto de, historicamente, os onze municípios sempre terem estado integrados em diferentes unidades administrativas, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Braga, Porto e Viseu, facto ainda patente nomeadamente na organização de alguns serviços públicos. A Comunidade Intermunicipal é uma primeira experiência de trabalho conjunto em prol de objetivos comuns e a execução do PDCT/ITI, sendo um exercício difícil, é uma oportunidade para aprofundar as suas potencialidades.

Os dois traços essenciais da situação territorial encontram a sua expressão mais preocupante nos sérios problemas e assimetrias existentes em termos sociais e de emprego. Como se referiu, em 2011, a taxa de desemprego variava entre 10% em Felgueiras e praticamente o dobro em Baião e Cinfães (19,4% e 20%, respetivamente). De salientar que em quatro dos cinco concelhos com taxas de desemprego mais elevadas (Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Cinfães), mais de 40% das pessoas empregadas trabalhavam fora do concelho, refletindo a reduzida dinâmica dos mercados locais de trabalho. Por outro lado, na maioria dos concelhos havia uma enorme disparidade entre a taxa de desemprego dos dois sexos, em desfavor do feminino. Indicadores censitários como a percentagem dos alojamentos sem, pelo menos, uma infraestrutura básica indicam igualmente a seriedade dos problemas de coesão a enfrentar.

Para completar esta descrição, necessariamente abreviada, da situação territorial, mencionaremos a geografia e acessibilidades, a demografia, as qualificações, a estrutura produtiva e a densidade institucional, aspectos fundamentais para entender os desafios com que o T&S está confrontado.

Uma condicionante inelutável da situação do território, e das opções refletidas na EIDT, é a geografia. No contexto do Norte, o T&S é uma zona de transição entre litoral, mais industrializado, e interior, ainda muito marcado pela ruralidade. O T&S está próximo dos principais centros urbanos do Norte e, mesmo, do Centro do país, com destaque para o Porto. Tem assim fácil acesso aos recursos e competências aí existentes o que se, por um lado, é fator de valorização do território, nomeadamente enquanto localização para a atividade económica, por outro dificulta a afirmação de projetos próprios e mesmo a fixação das populações, sobretudo nos municípios de menor dinamismo económico.

São precisamente estes que apresentam ainda carências significativas na ligação à rede nacional de autoestradas, destoando da situação predominante na Comunidade. Mas se as ligações do T&S ao resto do país são, em geral, boas, a mobilidade interna dentro da própria Comunidade enfrenta limitações que são um obstáculo à sua coesão. Em parte, por razões infraestruturais, em parte devido a insuficiências e descoordenações na oferta de transportes: nas últimas décadas, a rede ferroviária não beneficiou de investimentos que permitissem manter níveis de serviços adequados e os serviços de transportes rodoviários existentes são muito lacunares.

O principal ativo que o T&S pode mobilizar para a sua estratégia de desenvolvimento é a população. O T&S é um "território iovem": a idade média é de 38,5 anos, contra 41 na Região Norte e de 41,8 no coniunto do

país. A juventude da população é um importante argumento em termos de atração de investimento e representa um ativo de dinamismo e de flexibilidade que reforça a capacidade do T&S para moldar o seu futuro. De assinalar, no entanto, a forte heterogeneidade que a sub-região apresenta nesta matéria, bem como a evolução preocupante registada no último período intercensitário, com uma degradação dos indicadores nesta matéria em todos os municípios.

Se a juventude da população é um ponto forte do T&S, o défice de qualificações é um dos pontos fracos da sub-região. A título de exemplo, quase 60% dos residentes com 15 ou mais anos não foram além do segundo ciclo do ensino básico, contra 50% no conjunto da Região Norte e 46% em Portugal. Este défice tem vindo a diminuir gradualmente: na população entre os 15 e os 24, a percentagem dos que, no T&S, completaram o ensino secundário é já muito próxima da média nacional; mas, no que diz respeito ao ensino superior, há ainda uma desvantagem relativa considerável.

Globalmente, o T&S é um território fortemente industrializado: a indústria transformadora representa 41% do seu valor acrescentado bruto quando não vai além de 32% no Norte de Portugal e 21% no conjunto do país. Esta propensão industrial é fortemente especializada: as indústrias do couro e produtos de couro (que inclui o calçado) e do vestuário representam, por si sós, mais de metade do valor acrescentado bruto industrial do T&S. As indústrias do mobiliário e dos produtos metálicos são outros setores relevantes. Refletindo o que se passa nestas indústrias, o T&S é também uma sub-região fortemente exportadora, representando 8% das exportações da Região Norte e 3% das exportações nacionais.

Tendo menos relevo em termos de produto, as atividades agroflorestais são muito relevantes nos concelhos mais interiores do T&S, chegando a representar 20% do emprego em Resende. Apesar do potencial dos recursos locais, o turismo tem ainda pouco expressão na economia do T&S, apresentando uma considerável capacidade de crescimento.

A terminar esta síntese, importa mencionar outro das características do T&S, a fragilidade do seu tecido institucional: no T&S, as instituições (instituições do SCT, empresas ou outras) capazes de, por si mesmas, se afirmarem como protagonistas de uma estratégia para o território são em número muito reduzido e, além disso, frágeis.

## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

- CIM como instrumento de coordenação e alavancagem da capacidade de intervenção dos municípios
- Disponibilidade de fundos estruturais
- Proximidade e acessibilidades permitem mobilizar competências e recursos existentes em regiões vizinhas em favor do Tâmega e Sousa
- Inserção das PME do Tâmega e Sousa em cadeias de valor globais geograficamente fragmentadas, especialmente se inseridas em clusters com visibilidade internacional
- Novos padrões de consumo e motivações dos turistas, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental
- Comunidades de emigrantes portugueses no mundo (potenciais turistas, potenciais clientes, potenciais parceiros nos processos de internacionalização, potenciais investidores)

### Principais Pontos Fortes

### Principais Ameaças

- Capacidade de atração de territórios vizinhos
- Perda de dinâmica populacional, fruto de quebras na natalidade e de emigração, com tendência para o seu envelhecimento e mesmo diminuição
- Problemas de coesão social decorrentes dos elevados níveis de desemprego e da alteração da estrutura etária da população
- Incapacidade de fixação dos jovens mais qualificados
- Impacto dos fogos sobre o potencial da floresta
- Modestas perspetivas de crescimento económico na UE27, espaço em que se concentram as exportações do Tâmega e Sousa
- Reduzida compreensão, e domínio nulo, sobre as cadeias globais em que a produção industrial é crescentemente organizada
- Forte concorrência, nacional e internacional, de regiões com oferta turística comparável

### Principais Pontos Fracos

- Proximidade e boas acessibilidades a diferentes zonas do Norte de Portugal e da Galiza e, de lá, ao resto do mundo
- População jovem
- Forte tradição industrial e exportadora, com especializações municipais diferenciadas mas em setores com similitudes que constituem espaço de cooperação
- Importância crescente de uma agricultura de pendor mais empresarial, com crescimento da dimensão e especialização das explorações, e reforço da sua produtividade
- Riqueza e diversidade do património histórico, cultural e natural, bem como oferta gastronómica e vinícola, suscetível de valorização turística
- Potencial económico da floresta e de outros recursos endógenos suscetíveis de valorização no âmbito da agro-indústria, turismo e energia

- Identidade regional difusa
- Modelos inconsistentes de organização espacial da administração e dos serviços públicos
- Debilidade institucional (fragmentação; desalinhamento estratégico) e escassez de protagonistas no tecido empresarial e científico-tecnológico
- Carências infraestruturais das redes e oferta insuficiente de serviços de transportes (rodoviários, ferroviários)
- Défice de qualificações da população, nomeadamente a nível superior
- Tecido produtivo caracterizado pela escassa incorporação de conhecimento e inovação e consequente baixa produtividade
- Debilidades institucionais no sector agrícola, com graves problemas nas cooperativas
- Fraca articulação da oferta turística, dentro do Tâmega e Sousa e com as regiões vizinhas
- Carências nos serviços ambientais
- Baixa utilização das TIC pelos municípios, empresas e cidadãos

#### **Desafios e Fatores Críticos de Sucesso**

O desafio estratégico fundamental do Tâmega e Sousa é o do seu desenvolvimento. A sub-região tem tido um desempenho insatisfatório, não tendo sido capaz de acompanhar o ritmo de convergência do PIB per capita de outras NUT III da Região Norte. A EIDT detalha os grandes desafios e fatores críticos de sucesso com que o T&S está confrontado, a par de algumas das oportunidades que se lhe abrem, na secção "linhas de força do diagnóstico".

A heterogeneidade interna e o défice identitário já referidos, dificultando a emergência de uma noção clara do interesse coletivo, representam um enorme desafio para a prossecução de uma estratégia comum para a Comunidade. Este desafio é reforçado pela ausência de uma tradição de trabalho em conjunto. Convencer os atores da Região que o relativo insucesso do seu desenvolvimento terá a ver com essa ausência de identidade e trabalho coletivo, é um passo importante para inverter o rumo. Decorre daqui uma grande exigência para o modelo de governação, na tripla aceção de governação do território, da EIDT e do PDCT, que terá de ser capaz de garantir os necessários consensos.

Um fator crítico de sucesso da EIDT é a capacidade para transformar a localização numa vantagem: para isso, é necessário ser capaz de mobilizar em favor da sub-região os recursos e competências existentes nos polos mais dinâmicos que a envolvem, superando as tendências centrípetas que exercem sobre a população e a economia do T&S.

As características da população são simultaneamente um desafio e um fator crítico para o desenvolvimento do T&S. Apesar de mais jovem do que a média nacional e regional, tem níveis de qualificação também claramente inferiores à média, o que constitui um obstáculo à capacidade de atração e afirmação de um tecido empresarial mais sofisticado, indispensável para que um salto qualitativo no nível de vida das populações. O desafio a vencer nesta matéria é extremamente exigente porque o território se encontra "aprisionado" num "equilíbrio" em que o padrão de qualificação da população se adequa, no essencial, ao padrão de especialização do tecido empresarial existente.

Como proposto na RIS3 da Região Norte, a qualificação de importantes setores de atividade da sub-região, como calçado, vestuário e mobiliário, por interação com as indústrias criativas, afigura-se da maior importância para quebrar este equilíbrio desfavorável. Mas é necessário consegui-lo sem menosprezar outros ativos locais, indispensáveis para uma maior coesão territorial, nomeadamente nos domínios do agroalimentar e do turismo.

Toda a sub-região apresenta problemas de inclusão social que são, ainda, mais acentuados nas zonas menos industrializadas. Aí, apesar do que as médias sub-regionais sugerem, a população está envelhecida, os níveis de qualificação são particularmente baixos e o desemprego atinge níveis alarmantes, em especial entre as mulheres. A coesão e inclusão social é um desafio de primeira grandeza.

Outro dos grandes desafios para o desenvolvimento do T&S é a fragilidade institucional: como se afirmou, as instituições capazes de, por si mesmas, se afirmarem como protagonistas de uma estratégia para o território são em número reduzido. Estas fragilidades implicam que os municípios tenham que assumir maior destaque na EIDT do T&S do que, porventura, acontecerá noutras sub-regiões. A articulação de esforços entre os municípios é condição essencial para maximizar a sua capacidade de atuação e um fator crítico de sucesso da EIDT e do PDCT.

## Estratégia

### Objetivos e vocação específica do ITI

Em 2014, a CIM do Tâmega e Sousa elaborou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI T&S) que viu reconhecido como Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT).

A EIDT está organizada em 6 "domínios estratégicos de intervenção" (DEI) e 69 ações que visam concretizar a visão enunciada: "Tâmega e Sousa 2030 - Um território ambientalmente exemplar, uma economia dinâmica, uma comunidade coesa." Na visão, a referência a 2030 salienta a orientação de longo prazo do plano: 2020 é um ponto de passagem no trabalho a desenvolver. A "exemplaridade ambiental" é um apelo à conjugação da preservação e valorização das condições naturais excepcionais do Tâmega e Sousa com a resolução de necessidades que subsistem em matéria de serviços ambientais. O "dinamismo da economia" (deliberadamente, o elemento central da visão) é condição indispensável à melhoria do nível de vida das populações e à reversão de tendências demográficas desfavoráveis. Finalmente, a "coesão da comunidade" tem o duplo sentido da aposta na coesão social, numa comunidade que é a mais pobre do Norte de Portugal, e territorial, atenuando as assimetrias existentes entre os concelhos. Os seis DEI para concretizar esta visão são:

- DEI 1 - Modernizar e reorganizar a governação do território;
- DEI 2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais;
- DEI 3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa;

- DEI 4 - Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa, no contexto do Norte de Portugal, apostando no marketing territorial e na dinamização da oferta;
- DEI 5 - Fortalecer a mobilidade inter e intramunicipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade;
- DEI 6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial.

Neste contexto, o ITI surge como instrumento privilegiado para concretizar parte das iniciativas previstas na EIDT. As suas potencialidades são, naturalmente, condicionadas pelo seu âmbito temático e pelas dotações financeiras disponíveis.

A CIM T&S entende o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial como um instrumento para implementar a sua EIDT e nesse sentido os objetivos específicos do Pacto correspondem ao enunciado de domínios de intervenção da EIDT, nomeadamente dos domínios 1, 2, 3 e 6, com particular destaque para este último. A não inclusão dos DEI 4 e 5 resulta exclusivamente de não se enquadrarem nas elegibilidades de investimento definidas para os PDCT: a CIM T&S continua empenhada na sua concretização e procurará instrumentos complementares para suportar a intervenção nesses domínios.

Para concretizar os seus objetivos, o PDCT T&S mobiliza, com uma única exceção, todas as prioridades de investimento elegíveis para efeitos de ITI, dado que todas vão de encontro a preocupações enunciadas na EIDT e a ações aí propostas que agora se pretendem concretizar:

- Objetivo "Modernizar e reorganizar a governação do território" (DEI 1) - a EIDT dá grande destaque às questões da modernização administrativa, nomeadamente através da qualificação dos agentes da administração municipal, da exploração do potencial das TIC e da criação de serviços de proximidade, com base numa lógica de trabalho intermunicipal; a PI 2.3/2c permite concretizar ações aí projetadas, promovendo a integração e partilha de competências, serviços e tarefas entre municípios, aproveitando e desenvolvendo a base infraestrutural intermunicipal já existente; daí que, nesta matéria, no PDCT, se apresente um projeto único, de natureza intermunicipal;
- Objetivo "Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais" (DEI 2) - a EIDT identifica a eficiência energética como uma preocupação fundamental no âmbito deste objetivo, justificando a mobilização da PI 4.3/4c para o PDCT; também no âmbito deste objetivo, a EIDT previa especificamente o desenvolvimento de um "Programa intermunicipal de adaptação às alterações climáticas e mitigação de fenómenos meteorológicos extremos" que encontra cabimento na PI 5.1/5i, no âmbito da qual se propõe a elaboração de um Plano de Adaptação que seja o ponto de partida para o pretendido programa; dada a importância da floresta na paisagem do Tâmega e Sousa, a EIDT previa igualmente intervenções ao nível da prevenção e combate aos fogos florestais; a PI 5.2/5ii permite, embora de forma limitada, concretizar algumas das intenções existentes nessa matéria;
- as PI 8.3/8iii e 8.8/8a, de mobilização conjunta, contribuem simultaneamente para o objetivo "Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa" (DEI 3) e para o objetivo "Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial" (DEI 6); a promoção do empreendedorismo é fundamental numa sub-região que tem uma taxa de natalidade empresarial inferior à média nacional e do Norte e, ainda assim, muitíssimo concentrada nalguns dos seus concelhos; a competitividade da economia regional, a nível do setor primário, beneficiará ainda da mobilização da medida 4 "Investimento em ativos físicos" do PDR 2020;
- o objetivo "Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial" (DEI 6), em função das necessidades prementes do Tâmega e Sousa e das elegibilidades previstas, tem particular destaque no PDCT, justificando a mobilização de diversas outras prioridades de investimento; a PI 9.1/9i vai de encontro a diversas ações previstas na EIDT (6.1 - Programa intermunicipal de estágios, 6.4 - Rede intermunicipal de apoio ao emprego, 6.5 - Carta social intermunicipal e aos programas de apoio nos domínios da saúde mental, das dependências, dos idosos e das vítimas previstos nas ações 6.6 a 6.9), tal como acontece com a PI 9.4/9iv (a ação 6.8 relativa à "Rede intermunicipal de apoio ao idoso"); a PI 9.7/9a deverá contribuir para responder às necessidades de investimento infraestrutural identificadas em domínios como a saúde mental, as dependências, o apoio aos idosos e o apoio à vítima;
- é ainda o mesmo objetivo que justifica a mobilização da PI 10.1/10i, que vai de encontro a propostas do DEI 6 no sentido do combate ao insucesso e ao abandono escolar, e da PI 10.5/10a, relacionada com a requalificação das infraestruturas escolares; o Tâmega e Sousa conseguiu já progressos significativos nos escalões etários mais baixos, nomeadamente ao nível do ensino básico, mas apresenta ainda uma desvantagem relativa, no contexto regional, a nível do ensino secundário e da transição para o ensino superior justificando o desenvolvimento de um programa integrado de atuação que acompanhe os jovens ao longo de todo o seu trajeto escolar.

O PDCT/ITI que agora se candidata é, portanto, um instrumento para a concretização da EIDT, com um particular foco temático no seu Domínio Estratégico de Intervenção 6 (inclusão e coesão). Trata-se de um

domínio a que a CIM T&S atribui a maior relevância, atendendo aos traços essenciais da situação do território anteriormente enunciados (território mais pobre da Região Norte marcado por fortes assimetrias internas). O T&S apresenta um forte défice em matéria de inclusão, traduzido, por exemplo, no mais reduzido índice sintético de desenvolvimento regional de Portugal continental na componente coesão. A relevância que a sub-região atribui a este tema está refletida no trabalho desenvolvido nos últimos anos no âmbito da Agenda da Empregabilidade, envolvendo centenas de pessoas e entidades, que culminou com a apresentação, em abril, do Plano de Ação para a Promoção da Empregabilidade (PAPE). As propostas do PAPE em matéria de capital humano, emprego e capital inclusivo estão subjacentes ao que se propõe neste DEI 6 do PDCT/ITI, embora a sua plena concretização exceda o que aqui é enquadrável. O PDCT/ITI dá também contributos, mais localizados, para o DEI 2 (ambiente) e DEI 1 (governação). No esquema conceitual do PEDI T&S/EIDT, o PDCT/ITI não tem intervenção nos DEI4 (turismo e cultura) e DEI 5 (mobilidade), sendo o seu contributo para o DEI 3 (inovação e competitividade) limitado aos investimentos em ativos físicos rurais.

De entre as prioridades elegíveis, a CIM T&S apenas não irá mobilizar a prioridade de investimento 6.1/6i, apesar de o tema dos resíduos ser objeto de tratamento específico na EIDT, no âmbito da DEI 2, por considerar que os investimentos elegíveis nessa matéria e, sobretudo, a dotação financeira prevista não se adequam às intervenções que considera necessárias.

Mas, mais do que a atuação em determinados domínios temáticos, a vocação específica do ITI é contribuir para concretizar a “exploração do potencial da intermunicipalidade” que o PEDI T&S/EIDT assume como fundamental. Como se afirma neste Plano, “Sempre que possível, as iniciativas devem ser pensadas de forma integrada para o conjunto do Tâmega e Sousa, mesmo que, dependendo das circunstâncias, a sua implementação no terreno tenha de ser feita à escala municipal.” (PEDI T&S, pág. 163) É esta vocação que determina a opção patente no Quadro de Investimentos de apresentar preferencialmente projetos integrados de interesse comum dos 11 municípios, só nos desviando desse princípio no caso de domínios de intervenção estritamente materiais, nomeadamente naqueles sujeitos a mapeamento. Dado que o formulário não permite a indicação dos 11 municípios como promotores conjuntos destas iniciativas integradas, elas surgem nesta candidatura tendo por promotor a CIM.

**Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

O PDCT do T&S tem forte ênfase no domínio estratégico de intervenção n.º 6 do PEDI T&S/EIDT. Na esquematização do PEDI T&S/EIDT, este domínio de intervenção reúne temas como o combate ao desemprego, a inclusão social e o capital humano que têm sido acompanhados, ao longo dos últimos anos, no âmbito da Agenda da Empregabilidade do Tâmega e Sousa, refletindo a convicção de que a empregabilidade não está associada apenas ao mercado de trabalho mas também ao sistema de educação e formação e, bem assim, a duas condições de suporte que residem nos fatores de inclusão social e na aprendizagem ao longo da vida.

Existindo esta experiência profícua, o modelo de participação dos atores territoriais relevantes para a boa implementação do Pacto é, por isso, neste domínio, tributário da Agenda. No sentido de consolidar e dinamizar esse modelo, será criada novas unidades no âmbito da CIM que terá a seu cargo o acompanhamento permanente dos temas da Competitividade, Coesão, Inclusão e Educação (ver, adiante, o campo relativo ao modelo de governação). Estas unidades integrarão o Comité Técnico de Pilotagem do PDCT (ver, adiante, o campo relativo aos mecanismos de acompanhamento e avaliação) e coordenarão a atividade dos grupos temáticos criados:

- G1 - Núcleo Executivo das Redes Sociais / Plataforma Supraconcelhia;
- G2 - IEFP / DREN / Comissão para a Qualificação de cada concelho, UTAD, ESTGEF, agrupamento de escolas;
- G3 - Rede Territorial para a Qualificação;
- G4 - Grupo de Desenvolvimento do Turismo e Promoção do Território;
- G5 - Grupo para o Desenvolvimento da Floresta;
- G6 – CETS e Associações Empresariais do T&S;
- G7 - Grupo da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- G8 - Comissão de Acompanhamento para o Design e Moda;
- G9 - Conselho Social T&S (IPSS's);
- G10 - Associações Culturais, Recreativas e Desportivas;
- G11 - Grupo do voluntariado.

Fora do núcleo fundamental constituído pelos projetos no domínio da coesão e inclusão, o PDCT inclui sobretudo projetos enquadrados nos domínios estratégicos de intervenção n.º 1 e n.º 3 do PEDI T&S/EIDT, relacionados com a governação do território e com o ambiente. Nestes domínios, os projetos apresentados centram-se nas temáticas da utilização das TIC na administração pública e da eficiência energética em edifícios e equipamentos da administração. São, por isso, projetos promovidos pelas câmaras municipais e cujo sucesso delas depende quase exclusivamente. Não existem, nestes domínios, outros atores territoriais relevantes para a boa implementação do Pacto, sendo que a participação e articulação entre as câmaras municipais se dará no quadro dos normais mecanismos de governação da comunidade intermunicipal. A outro nível, a participação ativa dos atores territoriais relevantes acontece também através da sua integração em duas outras estruturas da CIM. Por um lado, no Comité de Acompanhamento do PDCT/EIDT em que se prevê a participação de representantes das entidades copromotoras (ver campo relativo ao modelo de acompanhamento e avaliação). Por outro, ao nível do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal, o órgão estatutário de representação dos interesses sub-regionais que tem, nomeadamente, a seu cargo a articulação das abordagens integradas de desenvolvimento territorial (ver campo relativo ao modelo de governação).

Além disso, a consciência da necessidade de aproveitar a oportunidade tem originado uma dinâmica que nem sempre se enquadra em estruturas formais.

#### **Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)**

No PDCT, a capacidade de intervenção nos temas deste campo é limitada: no POR Norte, sistema urbano e mobilidade são tratados essencialmente no eixo prioritário 5 que não foi mobilizado para ITI. Entendemos, por isso, este campo como uma oportunidade para evidenciar interseções entre as propostas do PDCT e aqueles temas, não como a solicitação de um tratamento desenvolvido que, aliás, não seria possível no espaço disponível.

Na abordagem ao sistema urbano do Tâmega e Sousa (T&S) convém recordar a sua inserção regional: “(...) o Sistema Urbano do Norte assenta e organiza duas grandes unidades territoriais (...): uma região metropolitana (...) com uma base económica empreendedora, uma estrutura densa de infraestruturas físicas e de serviços e uma forte densidade urbana; um território de baixa densidade económica no interior-norte (...), pouco populoso e bastante envelhecido, com um forte potencial ambiental e turístico e uma fraca densidade urbana e de infraestruturas” (Marques, T.S. e J.A.R. Fernandes, 2008, Sistema Urbano – PROT-n,

CCDRN). Neste contexto, que o POR Norte reconhece permanecer atual, o T&S encontra-se precisamente na transição entre aquelas duas grandes unidades, com municípios na primeira, municípios na segunda e outros que são, eles próprios, atravessados por esta dualidade.

Como já se disse, o T&S não tem um polo urbano de referência, existindo várias cidades com dimensão relativamente equilibrada (INE, 2014, Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico), o que contribui para o "défice identitário" que o caracteriza. A proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-n) defendia a afirmação da "conurbação Paredes/Penafiel" como "uma aglomeração urbana regional que estrutur[ass]e um espaço de intensa urbanização a leste da Aglomeração Metropolitana do Porto, evitando os efeitos perversos da suburbanização em contexto de crescimento demográfico e acentuadas deficiências sociais, ambientais e económicas." Esta conurbação seria uma de 11 cidades/conjuntos de cidades da Região Norte a que a proposta de Plano atribuía "funções essenciais de articulação territorial".

Dado o equilíbrio entre os principais núcleos urbanos do Tâmega e Sousa, o PEDI T&S/EIDT assume "o propósito da manutenção de um sistema urbano policêntrico, com complementariedades de geometria variável entre os seus principais núcleos. Mas (...), igualmente, o propósito de contribuir para o processo, necessariamente lento, de estruturação dessas complementariedades, através da ponderação dos impactos geográficos das opções a tomar em matéria de localização das iniciativas e da organização da mobilidade regional. (...), ainda, o propósito de contribuir para estruturação das relações entre espaço urbano e espaço rural." Nesse sentido, pretende-se que Penafiel possa aproveitar plenamente as potencialidades do eixo "sistema urbano" do POR Norte para se capacitar no âmbito das funções inerentes à sede da CIM.

No PEDI T&S/EIDT, nestas matérias, assume particular relevância o domínio estratégico de intervenção 5 (Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade) que, pelo seu âmbito temático, não se enquadra no PDCT. De destacar duas ações aí previstas: 5.6 - Programa de requalificação e manutenção da rede viária intracomunitária e 5.7 - Dinamização da oferta de transportes públicos de passageiros. De facto, o T&S é muito marcado "pela ausência de uma rede de transportes públicos municipais e intermunicipais, pelo fraco estado de conservação das estradas de ligação entre freguesias e destas com as sedes de concelho e ainda pela deficiência nas ligações às grandes vias rodoviárias, em alguns concelhos, muito especialmente" (Globspot, Apoio à Constituição do Observatório do Tâmega e Sousa – Relatório Final, 2014), pelo que estas ações são essenciais para a coesão territorial e a articulação entre urbano e rural.

Esta articulação urbano-rural beneficiará, no PEDI T&S, do enquadramento dos DLBC na estratégia integrada da comunidade e, mais especificamente, da promoção das TIC na administração municipal, tema tratado no PDCT e em que o projeto apresentado permitirá que os cidadãos, nomeadamente os que vivem mais afastados dos principais núcleos urbanos possam aceder online aos serviços municipais, com a vantagem colateral de evitar deslocações e consequentes impactos ambientais. Complementarmente, o PDCT prevê a utilização das TIC para a implementação de serviços de proximidade, com benefícios semelhantes mas com a vantagem da interação humana que é muito importante para segmentos da população de mais idade ou menor formação. O projeto integrado no domínio das TIC permitirá também uma maior articulação entre os instrumentos de ordenamento territorial municipais, nomeadamente PDM, minorando os "efeitos fronteira" que atualmente prejudicam a sua eficácia.

A intervenção da CIM em matéria de transportes e mobilidade está em fase de planeamento, estando em curso um estudo enquadrador, a cargo de consultores externos, tendo em vista a apresentação de uma proposta ao Conselho Intermunicipal. Deste estudo, resultarão nomeadamente as bases metodológicas para o desenvolvimento do plano de mobilidade sustentável.

As ações 6.15 - Programa para a regeneração urbana no Tâmega e Sousa, 6.16 - Planos municipais e locais de acessibilidades e 3.6 - Programa de ordenamento do solo industrial do PEDI estão também diretamente relacionadas com os temas deste campo mas não são elegíveis para o PDCT. A regeneração urbana tem, no entanto, fortes interseções com a inclusão social, tema que ocupa lugar de destaque no PDCT, bem como com a eficiência energética, nele também incluída. Quanto à implantação industrial, são conhecidos os problemas de ordenamento existentes no T&S, onde as unidades industriais se encontram muitas vezes anarquicamente inseridas, quer em meio urbano, quer em meio rural. Na EIDT, os municípios manifestaram a determinação de reorganizar progressivamente a malha industrial, determinação que terá agora que ser transposta para os documentos de planeamento de nível municipal.

Terminamos com breves referências às recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT não enquadráveis nos comentários anteriores:

- Quanto à recomendação (1), relativa ao envolvimento de entidades relevantes, remetemos para o campo "modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto";
- Quanto às recomendações (2) e. parcialmente. (5), relativas ao modelo de governação, remetemos para a

secção do formulário que tem esse objeto específico;

- Quanto à recomendação (3), relativa à Estrutura Económica e Internacionalização e à Inovação e Especialização Inteligente, entendemos, em face das notas explicativas do preenchimento deste formulário, não nos serem solicitados aqui esclarecimentos, por não se enquadrar nos domínios temáticos abrangidos pelo Pacto.

#### **Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)**

A CIM do T&S apresenta a candidatura do PDCT visando dar um contributo relevante para a implementação do PEDI T&S/EIDT e para a superação dos sérios problemas da sub-região. Em particular, a CIM espera que a ênfase colocada nos temas da coesão e inclusão, e a centralidade concedida ao desenvolvimento económico, permitam alcançar objetivos como o reforço do emprego e da empregabilidade, a redução substancial do abandono escolar precoce e a melhoria da qualidade de vida, em geral, e de idosos, pessoas com problemas de saúde mental e pessoas com problemas de dependência, em particular. As circunstâncias que rodeiam a candidatura dificultam, no entanto, a quantificação, com alguma precisão, do valor económico e social da intervenção. A candidatura confronta-se, pelo menos, com três dimensões de incerteza:

- O princípio meritocrático de apreciação das candidaturas não permite, ex-ante, ter noção da dotação financeira disponível para o PDCT T&S;
- Parte significativa da dotação financeira está afeta a intervenções sujeitas a mapeamentos que não estão concluídos, não permitindo uma noção concreta do que será possível realizar;
- Parte significativa da dotação financeira está afeta a tipologias de investimento com beneficiários únicos, com destaque para o IEFP, não sendo claro se as verbas para eles canalizadas se traduzirão em acréscimo da intervenção pública no T&S ou se, pelo contrário, apenas substituirão fontes de financiamento alternativas. Não sendo conhecida a dotação financeira com que o T&S poderá contar, parece fazer sentido analisar o valor económico da intervenção à escala da Região Norte. Os 403 milhões de euros previstos no POR Norte para ITI correspondem a 0,8% do PIB regional de 2013, último ano para que há dados. Sendo aplicada ao longo de seis anos, até 2020, conclui-se que aquela dotação corresponde anualmente a cerca de 0,14% do PIB regional. A dotação disponível nos PO temáticos reforça ligeiramente este valor mas, em contrapartida, o crescimento do PIB regional ao longo do período contribuirá para o diminuir. Portanto, ainda que a totalidade da dotação financeira para ITI se traduza em acréscimo da despesa, numa perspetiva macroeconómica, a escala da intervenção é indiscutivelmente diminuta, não parecendo que possa ter impacto expressivo no crescimento regional. Este facto é particularmente preocupante para o T&S, com a sua situação de território mais pobre do Norte.

Dada a base intermunicipal dos PDCT, é também relevante comparar a dotação financeira para ITI com os meios ao dispor dos municípios do Norte. Admitindo que as receitas municipais permaneciam estagnadas ao nível de 2014, a dotação para ITI no POR Norte representaria menos de 3% da receita anual dos municípios. O contributo efetivo para a capacidade de intervenção dos municípios será, no entanto, menor, dado que, como se referiu, parte da dotação tem beneficiários únicos não municipais. Portanto, também esta perspetiva sugere que a dotação prevista para ITI é escassa.

É, portanto, indispensável uma utilização extremamente criteriosa da dotação disponível para o ITI, concentrando-a nos locais e projetos em que é suscetível de ter um impacto social e económico mais significativo, a nível regional e sub-regional. No T&S, isto passa por projetos com uma lógica intermunicipal, indo além da mera soma de intenções municipais desgarradas. É igualmente indispensável complementar o ITI com outros instrumentos que permitam concretizar os objetivos traçados no PEDI T&S/EIDT.

## **Caracterização do Projeto**

### **Programa de Ação**

#### **Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir**

A estrutura do programa de ação é determinada por três considerações essenciais: - O PDCT é um instrumento para a concretização do PEDI T&S, estratégia integrada de desenvolvimento territorial reconhecida que tem uma estrutura coerente de eixos e medidas (á designados, respetivamente, como "domínios estratégicos de intervenção" e "ações" não parecendo justificar-se a criação de um esquema conceitual radicalmente diferente para enquadrar os projetos que integram o PDCT; - O PDCT tem

necessariamente que se ater às prioridades de investimento previstas no Convite n.º 3/2015, elas próprias definidas já de forma bastante estrita, não parecendo justificar-se a criação de um esquema mais desagregado de "medidas" sob pena de estas se confundirem com projetos concretos (o que se assume não ser o pretendido); - Finalmente, o Convite n.º 3/2015 indica que a coerência com a EIDT será um dos critérios de avaliação da candidatura do PDCT, parecendo, portanto, ser conveniente que a estrutura do programa de ação seja "transparente" quanto ao grau de correspondência entre os dois documentos. Neste sentido, apresenta-se uma estrutura do programa de ação em que, no primeiro nível, os eixos são, exatamente, os domínios estratégicos de intervenção do PEDI T&S/EIDT e, no segundo, as medidas são as prioridades de investimento elegíveis para ITI, optando-se, por simplificação, por abreviar as suas designações com base nas tipologias de investimento elegíveis. No terceiro nível deste esquema conceitual, encontram-se os projetos do Quadro de Investimento. O princípio de transparência anteriormente invocado leva a que não se introduza qualquer alteração na codificação, mantendo a constante do PEDI T&S/EIDT e do Convite n.º 3/2015, facilitando assim a identificação da correspondência entre os projetos propostos, as prioridades de investimento elegíveis para ITI e os domínios estratégicos de intervenção do PEDI T&S/EIDT. Os eixos do programa de ação proposto são, portanto, os seguintes: - DEI1 - Modernizar e reorganizar a governação do território; - DEI2 - Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais; - DEI3 - Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa; - DEI6 - Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial. As designações destes eixos correspondem, em si mesmas, a um enunciado do respetivo objetivo estratégico. Descendo ao nível da medida, e identificando a esse nível objetivos específicos, a estrutura do programa de ação é a seguinte: - DEI1|PI2.3/2c - Reforço das aplicações de TIC para a administração em linha; Objetivo estratégico: Modernizar e reorganizar a governação do Tâmega e Sousa, facilitando a interação entre os cidadãos e a administração; Objetivos específicos: viabilizar a generalização da oferta de serviços públicos digitais e melhorar a eficiência interna na administração municipal através da desmaterialização de processos, gestão de workflow, reengenharia de processos e interoperabilidade entre plataformas; implementação de soluções de serviços públicos de proximidade; - DEI2|PI4.3/4c - Eficiência energética nas infraestruturas públicas; Objetivo estratégico: Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural; Objetivos específicos: aumento da eficiência energética nas infraestruturas municipais e iluminação pública; - DEI2|PI5.1/5i - Adaptação às alterações climáticas; Objetivo estratégico: Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural; Objetivo específico: Reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas através da elaboração e implementação preventiva de planos de adaptação; - DEI2|PI5.2/5ii - Riscos e catástrofes; Objetivo estratégico: Defender a qualidade ambiental no Tâmega e Sousa, preservando o seu património natural; Objetivo específico: Reforço da capacidade de intervenção das instituições envolvidas na prevenção e combate de riscos e catástrofes; - DEI3|PDR3.4 - Infraestruturas coletivas; Objetivo estratégico: Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa; Objetivo específico: Melhorar a competitividade da agricultura do Tâmega e Sousa através de uma utilização mais eficiente dos recursos hídricos; - DEI6|PI8.3/8iii&8.8/8a - Criação de emprego e empreendedorismo de pessoas desfavorecidas; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Promover a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas; - DEI6|PI9.1/9i - Inclusão ativa; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de caráter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades; - DEI6|PI9.4/9iv - Qualidade de vida dos idosos e envelhecimento ativo; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Promover o envelhecimento ativo e saudável e a qualidade de vida e bem-estar das pessoas idosas; - DEI6|PI9.7/5ii - Infraestruturas sociais; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Qualificar e adequar a rede de serviços e equipamentos sociais do Tâmega e Sousa; - DEI6|PI10.1/10i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Promover o sucesso educativo e combater o abandono escolar precoce; - DEI6|PI10.5/10a - Infraestruturas educativas; Objetivo estratégico: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial; Objetivo específico: Requalificar e modernizar o parque escolar do Tâmega e Sousa. Dentro de cada medida, os projetos constantes do Quadro de Investimento são numerados sequencialmente. A estrutura do programa evidencia a forte coerência entre o PDCT e o PEDI T&S/EIDT: todas as medidas previstas têm enquadramento nos domínios de intervenção naquele definidos. Evidencia igualmente a forte ênfase que o PDCT atribui ao DEI 6 do PEDI T&S/EIDT: Reforçar a inclusão social, a qualidade de vida e a coesão territorial. Em contrapartida, mostra que, por força das elegibilidades previstas, o PDCT não tem intervenção direta nos DEI 4 (Promover o potencial turístico e cultural do Tâmega e Sousa. no contexto do Norte de Portugal. apostando no marketing territorial e na

*(Handwritten signatures)*

dinamização da oferta) e 5 (Fortalecer a mobilidade inter e intra-municipal, ao serviço da coesão, da inclusão e da competitividade) do PEDI T&S/EIDT, limitando-se a sua intervenção no DEI 3 (Incentivar a inovação e a competitividade na economia do Tâmega e Sousa) ao tema específico da eficiência nos sistemas de regadio.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	DEI1 PI2.3/2c	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	5,00	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	19,70	50,00	3 628 340,94€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	DEI2 PI4.3/4c	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	46380 74,83	185522 99,30	Consumo de energia primária na administração regional e local	23356 5,00	22630 5,00	9 615 520,98€

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	DEI1 PI2.3/2c	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Câmara Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	73,00	100,00	0,00€
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	DEI6 PI8.3/8iii	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	858,24	1430,39	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	60,00	70,00	10 727 962,24€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	DEI6 PI8.8/8a	Empresas que beneficiam de apoio	26,00	131,00	Postos de trabalho criados	37,00	184,00	3 286 585,46€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	DEI6 PI9.1/9i	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	2949,00	4914,00	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário	37,00	42,00	12 286 043,09€

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	DEI6 PI9.1/9i (bolsa)	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	214,00	571,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	339 858,87€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	DEI6 PI9.7/9a	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	4,00	16,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	4 161 055,68€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	DEI6 PI10.1/10i	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	6 714 516,00€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	DEI6 PI10.5/10a	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	433,00	1731,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	82,32	82,84	9 350 000,00€

#### Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar	
			Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018		
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	DEI2 PI5.2/5ii					Taxa de cobertura do risco espacial de incêndio com rede de defesa da floresta	20,00	20,00	327 250,00€

8  
6582 J  
K  
TGS

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	DEI2 PI5.2/5ii	Superfície de espaço florestal beneficiada com a rede de defesa da floresta contra incêndios	758,00	758,00					0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	DEI6 PI9.1/9i	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	63,00	169,00					0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	DEI6 PI9.1/9i				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	1 433 950,00€	
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	DEI6 PI9.4/9iv	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	4,00	12,00					0,00€

09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	DEI6 PI9.4/9iv			Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	1 875 227,89€
09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	DEI6 PI9.7/9a			Acréscimo de utentes nos equipamentos sociais apoiados	5,00	10,00	0,00€

10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	DEI6 PI10.1/10i						Alunos envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar	7900,00	13200,00	0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	DEI2 PI5.1/5i	Instrumentos de planeamento de adaptação às alterações climáticas elaborados ou revistos	1,00	1,00						0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	DEI2 PI5.1/5i						Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	8,00	15,00	119 000,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	DEI3 PDR3.4	Regadios tradicionais - Área a beneficiar	800,00	1000,00						2 161 550,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	DEI3 PDR3.4	Regadios tradicionais - Despesa pública contratada	20344 00,00	254300 0,00						0,00€

## Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	30 041 503,06€
FSE	33 377 558,09€
FC	446 250,00€
FEADER	2 161 550,00€
<b>Total</b>	<b>66 026 861,15€</b>

## Realização

### Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O mecanismo fundamental para recolha dos dados para cálculo de indicadores do Pacto será o Observatório do Tâmega e Sousa. O Observatório resulta de uma iniciativa lançada pela CIM, em 2013, para superar o défice de informação de suporte à definição de políticas à escala sub-regional, dada a escassez de informação estatística oficial à escala de NUT3. Dada a importância que atribui ao tema, a CIM incluiu a consolidação do Observatório na ação 1.2. do PEDI T&S/EIDT. Na EIDT, em geral, e no PDCT, em particular, o Observatório terá a incumbência de monitorizar permanentemente a situação sub-regional, recolhendo, sistematizando e analisando a informação necessária ao acompanhamento e avaliação da execução e impacto destas iniciativas. O Observatório não se cingirá à informação oficial, devendo, quando esta seja insuficiente, promover iniciativas próprias de produção de informação, estatística ou de outra natureza. Estará a seu cargo a recolha do sistema de indicadores de resultado da EIDT, apresentado na respetiva candidatura, e fará o mesmo em relação ao sistema de indicadores de resultado e realização definidos para o Pacto.

As realizações pretendidas com o Pacto são, nomeadamente, as seguintes:

- Reforço substancial da utilização de tecnologias de informação e comunicação na administração municipal, generalizando a disponibilização de interfaces de interação online com os cidadãos e outros utilizadores; pretende-se que todas as 11 câmaras municipais do T&S consigam ganhos neste domínio;
- Ganhos de eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, nomeadamente a nível de consumos de eletricidade e gás; pretende-se que o T&S dê um contributo para o cumprimento das metas de realização e resultado fixados no PO proporcional à dotação financeira que lhe seja atribuída;
- Preparação de um plano intermunicipal de adaptação às alterações climáticas que identifique as vulnerabilidades e riscos enfrentados por cada um dos onze municípios e início do processo de implementação das respetivas recomendações, devendo nesta matéria ser, pelo menos, cumprida a meta de implementação prevista no PO para 2023;
- Reforço da rede de pontos de água para apoio ao combate a fogos florestais, com intervenção em 33 estruturas desta natureza, contribuindo para reduzir a área florestal ardida anualmente;
- Reforço dos mecanismos de apoio à criação de empresas e emprego por conta própria, contribuindo para a redução do desemprego no T&S;
- Dinamização da participação em ações de trabalho socialmente necessário no quadro de estratégias de promoção da inclusão social, envolvendo, pelo menos, 5 000 pessoas;
- Dinamização de ações de inclusão através da cultura, para públicos-alvo de crianças, jovens e beneficiários do RSI;
- Promoção da qualidade de vida dos idosos, através da dinamização das comissões de proteção e da dinamização de atividades de animação e convívio; pretende-se que 40% das pessoas com mais de 65 anos participem em, pelo menos, uma atividade anualmente;
- Qualificação de, pelo menos, 15 infraestruturas sociais;
- Promoção de um Plano Integrado de Combate ao Abandono Escolar Precoce, envolvendo ações de diagnóstico e planeamento, desenvolvimento de programas de escolarização alternativa, formação de líderes educativos, acompanhamento de situações problemáticas, adequação da oferta formativa e monitorização;
- Qualificação de infraestruturas de educação;
- Ganhos de eficiência nos sistemas de regadio tradicional do T&S.

## Caracterização do Pacto

### Modelo de Governação

#### **Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica**

Sendo o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) um instrumento para a concretização da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), a sua governação está enquadrada na da EIDT e esta na da própria CIM. Os modelos de governação da CIM e da EIDT foram explicitados na candidatura desta última, pelo que nos limitamos aqui a sintetizar o que aí se encontra, debruçando-nos sobretudo sobre o que é específico do PDCT.

A governação da CIM obedece à lei n.º 75/2013. Os seus órgãos são a assembleia, o conselho e o secretariado executivo intermunicipais. À assembleia cabe nomeadamente aprovar as propostas de plano de ação e orçamento e eleger o secretariado intermunicipal. O conselho, composto pelos presidentes das câmaras municipais, é o órgão deliberativo da comunidade. O secretariado executivo, composto pelo primeiro-secretário e até dois secretários intermunicipais, é o órgão executivo que dirige os serviços que incluem as unidades técnicas definidas no regulamento interno da CIM. No âmbito da implementação da EIDT, será dinamizado o conselho estratégico de desenvolvimento intermunicipal (CEDI), órgão previsto na lei n.º 75/2013 que só agora será operacionalizado. O Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, dada a sua natureza consultiva de apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos das CIM/AMP, constitui-se como órgão de consulta e aconselhamento estratégico do PDCT. Nos termos do Acordo de Parceria, caber-lhe-á, nomeadamente, a importante função de assessorar o conselho quanto à articulação estratégica entre as várias abordagens integradas de desenvolvimento territorial, nomeadamente DLBC, com incidência no T&S.

A implementação da EIDT, como se explicou na respetiva candidatura, exigirá o reforço da estrutura interna da CIM com unidades específicas dedicadas ao Apoio Municipal (compreendendo nomeadamente as iniciativas previstas em termos de compras e serviços partilhados, de capacitação da administração municipal e no domínio da energia), à Coesão e Inclusão (que na EIDT inclui o tema da educação) e da Competitividade e Inovação (que deverá assumir um papel dinamizador da utilização dos fundos estruturais no T&S).

Tendo em conta as funções que a CIM desempenhará no âmbito da contratualização do PDCT, a sua estrutura será também reforçada com a criação de uma estrutura de apoio técnico (EAT) coordenada por um Gestor do PDCT que, atentas as competências definidas na Lei 75/2013, pode coincidir com o primeiro secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal. A este Gestor/Coordenador reporta a EAT, a qual será, atentas as competências a delegar, composta por Unidades Operacionais. A composição destas unidades assegurará uma apropriada combinação de especialidades, integrando técnicos com formação nos domínios da engenharia, economia/gestão e contabilidade. Respeitados os condicionalismos legais de recrutamento, optar-se-á preferencialmente por técnicos em início de carreira com formação superior ao nível de mestrado. No entanto, o grau de adequação do modelo de governação e da equipa técnica será definido à luz do que vier a ser contratualizado (competências, dotações, tipologias de operações e metas dos indicadores) e das regras que vierem a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG. Considerando a experiência da Lei 75/2013, poderá o mesmo servir como um exemplo de estrutura.

### Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A CIM do Tâmega e Sousa compromete-se a implementar um adequado sistema de acompanhamento e avaliação do PDCT e, mais em geral, da EIDT, respeitando, com as adaptações decorrentes da sua escala e natureza, os princípios estabelecidos no Decreto-lei nº 137/2014 e no Regulamento (UE) nº 1303/2013, assim como as condicionantes nesta matéria que venham a constar da decisão de aprovação e da contratualização do PDCT.

A CIM do Tâmega e Sousa constituirá um Comité Técnico de Pilotagem (CTP) do PDCT que monitorizará, do ponto de vista operacional, a implementação e o progresso do Plano. O CTP terá a seguinte composição:

- O primeiro-secretário da CIM que preside;
- Representantes das unidades técnicas relevantes da CIM;
- Representantes dos onze municípios do Tâmega e Sousa;
- Representantes dos copromotores não municipais do PDCT;

X Ma

e) Representantes dos departamentos da administração pública com atribuições, à escala do território, em matéria de ambiente, cultura e património, educação, emprego, segurança social e turismo. A composição alargada do CTP visa assegurar que a monitorização da implementação do PDCT incorpora as perspetivas dos atores territoriais relevantes, não se circunscrevendo à das estruturas internas da CIM. O CTP reúne trimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado para o efeito pelo seu presidente. O CTP terá, no âmbito das suas atribuições, competência para emitir recomendações aos órgãos e serviços da CIM.

No plano estratégico, o acompanhamento e monitorização da implementação do PDCT e, mais em geral, da EIDT, será assegurada pelo Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (CEDI) que, para o efeito, reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente. Compete ao CEDI exercer, com as adaptações inerentes à natureza da EIDT e do PDCT, as competências previstas no artigo 49.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, nomeadamente a de verificar a execução do Pacto e da Estratégia e os progressos alcançados na consecução dos seus objetivos. O Comité terá por particular incumbência verificar que a implementação destes documentos é conforme ao cumprimento das metas contratualizadas. Pretende-se que alerte atempadamente, quer os restantes órgãos da CIM, quer as Autoridades de Gestão, para eventuais necessidades de ajustamento ao Pacto ou à EIDT, seja a nível das metas, seja dos instrumentos de intervenção previstos.

No cumprimento das suas atribuições, o CEDI analisará e aprovará os relatórios anuais de execução do PDCT e da EIDT que lhe serão submetidos pelos serviços da CIM, acompanhados de parecer do Comité Técnico de Pilotagem. A preparação destes relatórios, na componente relativa à tramitação processual do PDCT, é responsabilidade da Unidade Técnica do ITI. As restantes componentes dos relatórios, sejam relativas a projetos da EIDT não integrados no Pacto, sejam ao cumprimento das metas estabelecidas e aos efeitos de PDCT e EIDT na sub-região poderão estar a cargo de outras estruturas da CIM.

Depois de aprovados no CEDI, os relatórios anuais de execução serão objeto de divulgação pública, sendo necessariamente remetidos às Autoridades de Gestão.

Em matéria de acompanhamento da situação do território, e dos efeitos que nela tenham EIDT e PDCT, o CEDI contará com o apoio técnico do Observatório do Tâmega e Sousa, estrutura já descrita na secção anterior, no campo "Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores". O Observatório terá a seu cargo a recolha da informação necessária e o cálculo dos indicadores de realização e resultado do PDCT.

Inevitavelmente, dada a amplitude temática do PDCT e, sobretudo, da EIDT, bem como a multiplicidade de forças que afetam a evolução da situação sub-regional sobre que pretendem atuar, os indicadores de resultado e realização previstos são apenas um elemento parcelar para a avaliação destas iniciativas. Em rigor, a medida em que a evolução dos indicadores se deve a estas iniciativas só pode ser estabelecida conclusivamente mediante estudos de impacto (a este propósito, veja-se, nomeadamente, Comissão Europeia - DG Regio, 2014, Guidance Document on Monitoring and Evaluation - European regional development fund and cohesion fund - Concepts and Recommendations). Nesse sentido, a CIM do Tâmega e Sousa promoverá a elaboração de um relatório intercalar, no primeiro semestre de 2019, que, indo além da análise da execução que caracterizará os relatórios anuais, analisará a evolução entretanto verificada na realidade sub-regional e procurará estimar o impacto que nela tiveram o PDCT e a EIDT. O relatório intercalar deverá conter recomendações sobre os ajustamentos a estas iniciativas que possam contribuir para a concretização dos seus objetivos. A produção deste relatório intercalar estará a cargo do Observatório do T&S.

O processo de acompanhamento e avaliação da EIDT e do Pacto concluir-se-á com a produção de um relatório de avaliação ex-post, a produzir no seu término, que será contratado a uma entidade externa credível e independente. O relatório deverá avaliar o contributo da EIDT e do PDCT para o desenvolvimento territorial do T&S.

A CIM do Tâmega e Sousa dinamizará uma plataforma dedicada ao seu PDCT em que, para além da permanente divulgação das iniciativas que vão sendo implementadas, serão disponibilizados os documentos de avaliação relevantes.

#### Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

*R* *B* *D* *K* *Tc*

Para efeitos do preenchimento deste campo, consideram-se “parceiros” os promotores e copromotores de projetos previstos no Pacto.

A preparação do PCDT do Tâmega e Sousa foi uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Os onze municípios do Tâmega e Sousa foram, portanto, os dinamizadores do Pacto, estando profundamente envolvidos na sua preparação e implementação. Este envolvimento iniciou-se com a preparação, em 2014, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Tâmega e Sousa, posteriormente reconhecido como Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial. Os municípios participaram nesse processo de múltiplas formas: através da sua participação no Conselho Intermunicipal, que analisou e aprovou as sucessivas versões e documentos preliminares e finais; através de reuniões individuais e coletivas com a equipa que preparou o documento; através do fornecimento de variada informação de suporte aos trabalhos. Este envolvimento repetiu-se no processo de preparação do Pacto, com o grau de detalhe acrescido necessário à construção dos projetos específicos a candidatar. Os municípios e a sua Comunidade Intermunicipal assumem portanto a responsabilidade pela proposta agora apresentada.

Como se afirmou anteriormente, no campo “objetivos e vocação específica do ITI” os municípios do Tâmega e Sousa optaram, nas tipologias de investimento que não estão especificamente orientadas para projetos infraestruturais, por procurar os consensos necessários à construção de um número reduzido de projetos em áreas de trabalho de interesse comum. Esses projetos são aqui apresentados como tendo por único promotor a Comunidade Intermunicipal, dado o formulário não admitir a indicação de mais do que um promotor por projeto. Os municípios são, no entanto, solidariamente responsáveis por esses projetos e estarão todos envolvidos na sua concretização. Esta opção foi assumida nomeadamente nas prioridades de investimento 2.3, 5.1, 5.2, 8.3, 9.1 e 9.4, traduzindo a intenção, anunciada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal de aprofundar o método de trabalho intermunicipal.

Na prioridade de investimento 03.M04, relacionada com a temática dos regadios, os parceiros fundamentais para a execução do Pacto são organizações do setor agrícola sob a forma de juntas de agricultores ou regantes. Dado que muitas dessas organizações têm uma estrutura muito débil, esses projetos serão em muitos casos formalmente promovidos por juntas de freguesia ou cooperativas agrícolas que os enquadrem. Os projetos da prioridade 4.3, relacionada com a eficiência energética, são diretamente assumidos pelos municípios, embora num caso também por uma empresa municipal (Qualidade de Basto. E.M. S.A.). Os municípios são também os promotores diretos da generalidade dos projetos na prioridade 8.8, respeitantes à criação de viveiros de empresas, embora enquadrados do projeto intermunicipal de apoio ao empreendedorismo. Nesta prioridade, está também previsto um projeto promovido por um centro de incubação já existente (TECVAL).

O Instituto do Emprego e Formação Profissional será promotor de projetos nas prioridades de investimento 8.3, 8.8 e 9.1, fundamentais para a concretização dos objetivos do Pacto em matéria de emprego e inclusão social. A condição de beneficiário único que os PO lhe atribuem para determinadas tipologias de investimento, implica uma forte responsabilidade do IEFP na implementação e sucesso do Pacto. A CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social é outro parceiro relevante nestas três prioridades de investimento, enquanto o Instituto Português do Desporto e Juventude tem intervenção nas duas primeiras. Finalmente, o Pacto conta com um número significativo de parceiros com intervenção na prioridade 9.7, em matéria de equipamentos sociais, correspondendo a instituição que têm essa esfera de atuação, complementando de forma muito relevante a atuação social do Estado e das autarquias. O envolvimento destes parceiros é fundamental para concretizar as intenções definidas no PEDI T&S/EIDT e do PAPE em matéria de inclusão social, nomeadamente no que respeita à saúde mental, às dependências e ao apoio à terceira idade.

Nestes e outros domínios, nomeadamente no da educação, o Pacto conta com a participação de uma vasta rede de outros atores, nos termos já mencionados no campo “Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto” mas que, de acordo com a definição aqui adotada, não são considerados parceiros, por não terem a responsabilidade pela promoção de projetos.

Como se explicitou no campo anterior, os parceiros estarão representados no Comité Técnico de Pilotagem, garantindo o seu envolvimento na condução do Pacto, numa perspetiva global, não circunscrita aos projetos específicos que promoverão.

## Classificação dos Investimentos

### Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
02.03	Projeto integrado de modernização da administração municipal no Tâmega e Sousa por aplicação de TIC	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	4 268 636,40€	2016	Penafiel	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Moreira	510841074	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA MOREIRA - J.F. V. GARCIA, CHAPA E ABOIM	130 000,00€	2016	Amarante	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio do Casal / Vargelas	E50803287 31	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO CASAL / VARGELAS	75 000,00€	2017	Amarante	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Fonte Fria Rodelho Velho	E50803287 32	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA FONTE FRIA RODELHO VELHO - J.F. ANSIÃES	75 000,00€	2017	Amarante	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Ribeira	E50803287 33	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA RIBEIRA - J.F. ANSIÃES	50 000,00€	2017	Amarante	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio Água da Vila	193903024	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO ÁGUA DA VILA	180 000,00€	2016	Baião	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio da Levada de Pinguel	181370212	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA LEVADA DE PINGUEL	140 500,00€	2016	Baião	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio Levada do Rosário	900523832	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO LEVADA DO ROSÁRIO	140 000,00€	2017	Baião	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio de Eiras	902038990	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE EIRAS	28 500,00€	2018	Baião	100,00
03.M0 4	Reabilitação do Regadio Tradicional da Barragem do Seixo	507817257	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO TRADICIONAL DA BARRAGEM DO SEIXO - J.F. REAL	100 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00

03.M04	Reabilitação do Regadio de Britelo	E5108352011	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE BRITEL - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	77 500,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Carrazedo	E5108352012	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE CARRAZEDO - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	50 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Guimbra e Ribeira	E5108352013	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE GUIMBRA E RIBEIRA - J.F. BRITEL, GÉMEOS E OURILHE	37 500,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Bouças	510835546	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE BOUCAS - J.F. CANEDO DE BASTO E CORGO	37 500,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada do Pisão	506811875	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DO PISÃO - J.F. NESPEREIRA	140 000,00€	2016	Cinfães	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada de Contença	506739708	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DE CONTENÇA - J.F. CINFÃES	133 000,00€	2016	Cinfães	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada do Barreirinho (*)	901445150	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO BARREIRINHO	115 500,00€	2016	Cinfães	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio do Chão da Ponte as Roçadas	506956903	JUNTA DE AGRICULTORES DO CHÃO DA PONTE AS ROÇADAS - J.F. TENDAIS	112 000,00€	2016	Cinfães	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada da Borbela e de Crestins (*)	510837662	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DA BORBELA E DE CRESTINS - J.F. MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS	112 000,00€	2016	Felgueiras	100,00



03.M04	Reabilitação da Levada de Gunde	900485442	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DE GUNDE	70 000,00€	2017	Felgueiras	100,00
03.M04	Reabilitação da Levada da Porta	510838626	JUNTA DE AGRICULTORES DA LEVADA DA PORTA - J.F. PEDREIRA, RANDE E SERNANDE	58 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Entre Levadas	E5007260191	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO ENTRE LEVADAS / COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LOUSADA	100 000,00€	2016	Lousada	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Presa dos Carregais	E5007260192	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA PRESA DOS CARREGAIS / COOPERATIVA AGRÍCOLA DE LOUSADA	95 000,00€	2016	Lousada	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio de Freimonte	507626745	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DE FREIMONTE - J.F. FONTE ARCADA	200 000,00€	2016	Penafiel	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio da Presa dos Castelos	510833250	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DA PRESA DOS CASTELOS - J.F. LAGARES E FIGUEIRA	137 500,00€	2016	Penafiel	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio Presas do Monte	507352769	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO PRESAS DO MONTE - J.F. DUAS IGREJAS	67 500,00€	2016	Penafiel	100,00
03.M04	Reabilitação do Regadio do Cabo das Levadas	507702336	JUNTA DE AGRICULTORES DO REGADIO DO CABO DAS LEVADAS - J.F. RESENDE	81 000,00€	2016	Resende	100,00
04.03	Requalificação energética dos Paços do Concelho e edifício anexo (Informática)	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	335 050,00€	2016	Amarante	100,00

04.03	Requalificação energética da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	307 100,00€	2016	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética no Edifício da Casa da Portela	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	202 625,00€	2016	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício da Casa da Juventude	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	113 250,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício do Centro Cultural de Amarante	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	101 250,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética de complexo desportivo da Costa Grande	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	100 250,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício administrativo da DCT/ETM	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	94 375,00€	2017	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício do Pavilhão Desportivo de S. Lázaro	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	75 500,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício do polo de Vila Meã da Biblioteca Municipal	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	50 000,00€	2017	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética nos estaleiros/armazéns da Câmara Municipal (R. Rampa Alta)	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	37 750,00€	2017	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética nos estaleiros da Câmara Municipal (R. das Carvalhinhas)	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	37 750,00€	2017	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício da Casa do Artista	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	22 650,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício da antiga cadeia de Amarante	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	20 000,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética da casa, onde nasceu o poeta Amarantino - Teixeira de Pascoaes - Maranus	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	20 000,00€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício do Centro Interpretativo do Marão	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	15 183,16€	2018	Amarante	100,00
04.03	Requalificação energética dos Paços do Concelho	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	322 770,08€	2016	Baião	100,00
04.03	Requalificação do Edifício Casa da Cultura	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	139 655,00€	2017	Baião	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública do Concelho de Baião - 2ª fase	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	126 524,00€	2017	Baião	100,00
04.03	Requalificação do Edifício do Antigo Departamento Técnico	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	121 635,00€	2018	Baião	100,00
04.03	Requalificação do Edifício dos Serviços Municipais de Santa Marinha do Zêzere	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	68 900,00€	2016	Baião	100,00

04.03	Requalificação do Auditório Municipal de Baião	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	37 100,00€	2018	Baião	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Decorativa do Concelho de Baião	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	36 900,00€	2016	Baião	100,00
04.03	Requalificação do Edifício Ação Social	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	20 034,00€	2017	Baião	100,00
04.03	Requalificação energética do Pavilhão Municipal	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	223 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética dos Paços do Concelho	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	210 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética do Edifício Multiusos	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	85 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética dos armazéns municipais	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	68 985,85€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética do Pavilhão Couto Mineiro Pejão	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	25 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética do Auditório Municipal	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	15 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício da Casa dos Faria	504695436	QUALIDADE DE BASTO - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TECIDO ECONÓMICO LOCAL, E.E.M.	401 737,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
04.03	Requalificação energética do Edifício dos Paços do Concelho de Celorico de Basto	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	315 287,93€	2016	Celorico de Basto	100,00
04.03	Requalificação energética da Piscina Coberta de Celorico de Basto	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	146 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
04.03	Requalificação Energética da Piscina Coberta	506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	617 835,77€	2016	Cinfães	100,00
04.03	Requalificação energética do Pavilhão Gimnodesportivo "Armando Costa"	506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	296 559,09€	2016	Cinfães	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício Paços do Concelho	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	500 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
04.03	Requalificação energética da Piscina da Lixa	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	250 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
04.03	Requalificação energética do edificio Ex-ISCE	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	137 231,74€	2016	Felgueiras	100,00
04.03	Requalificação energética do Estádio Dr. Machado de Matos	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	100 000,00€	2017	Felgueiras	100,00

04.03	Requalificação energética do Estádio Sr. do Amparo	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	100 000,00€	2017	Felgueiras	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício dos serviços técnicos	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	238 000,00€	2017	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do Mercado Municipal	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	149 949,33€	2016	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício dos Paços do Concelho	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	140 000,00€	2017	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética da Casa das Videiras	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	92 000,00€	2017	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética da Biblioteca Municipal	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	86 000,00€	2016	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício do Auditório Municipal	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	82 000,00€	2016	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do edifício da Academia	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	78 500,00€	2016	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do C. E. da Ordem	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	50 000,00€	2016	Lousada	100,00
04.03	Requalificação energética do C.E. de Lagoas, Nevogilde	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	50 000,00€	2016	Lousada	100,00
04.03	Instalações Desportivas - Reabilitação energética das instalações desportivas / Pavilhão Bernardino Coutinho	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	958 648,64€	2016	Marco de Canaveses	100,00
04.03	Iluminação Pública em LED na cidade do Marco de Canaveses, na área não abrangida pela regeneração urbana	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	200 000,00€	2016	Marco de Canaveses	100,00
04.03	Iluminação Pública em LED na rede da Vila de Alpendorada	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	200 000,00€	2016	Marco de Canaveses	100,00
04.03	Instalações Desportivas - Reabilitação energética das instalações desportivas / Piscinas Municipais de Alpendorada	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	25 000,00€	2017	Marco de Canaveses	100,00
04.03	Requalificação energética dos Paços do Concelho	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	459 754,72€	2016	Paços de Ferreira	100,00
04.03	Requalificação energética da Biblioteca Municipal	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	120 000,00€	2016	Paços de Ferreira	100,00
04.03	Requalificação energética do Museu Municipal	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	100 000,00€	2017	Paços de Ferreira	100,00
04.03	Promoção da eficiência na iluminação monumental	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	55 000,00€	2016	Paços de Ferreira	100,00
04.03	Requalificação energética da Casa da Cultura de Freamunde	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	50 000,00€	2016	Paços de Ferreira	100,00

04.03	Requalificação energética do Museu da Cítânia de Sanfins	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	50 000,00€	2017	Paços de Ferreira	100,00
04.03	Requalificação Energética dos Paços do Município	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	600 000,00€	2016	Penafiel	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	431 869,13€	2016	Penafiel	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética na Biblioteca Municipal de Penafiel	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	350 000,00€	2016	Penafiel	100,00
04.03	Promoção da Eficiência Energética no Edifício da Divisão de Gestão Urbanística	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	150 000,00€	2016	Penafiel	100,00
04.03	Requalificação Energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Resende	506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE	376 125,00€	2016	Resende	100,00
04.03	Requalificação Energética dos Paços do Concelho	506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE	321 642,19€	2016	Resende	100,00
05.01	Elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Tâmega e Sousa	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	140 000,00€	2015	Penafiel	100,00
05.02	Projeto intermunicipal de reforço do acesso a pontos de água no Tâmega e Sousa	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	385 000,00€	2015	Penafiel	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente da Entidade Intermunicipal	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	11 674 543,81€	2016	Penafiel	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	315 529,41€	2016	Penafiel	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	315 529,41€	2016	Penafiel	100,00
08.03	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	315 529,41€	2016	Penafiel	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente da Entidade Intermunicipal	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	289 992,83€	2016	Penafiel	100,00

+

08.08	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente do IEFP	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	96 664,28€	2016	Penafiel	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente da CASES	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	96 664,28€	2016	Penafiel	100,00
08.08	Apoio ao empreendedorismo no Tâmega e Sousa: Componente do IPDJ	510089224	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	96 664,28€	2016	Penafiel	100,00
08.08	BEEA - Bolsa de equipamentos Empresariais de Amarante	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	499 624,39€	2016	Amarante	100,00
08.08	Aquisição de uma infraestrutura para o acolhimento de um viveiro de empresas	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	288 438,51€	2016	Baião	100,00
08.08	Centro de Instalação de Empresas	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	204 377,92€	2016	Castelo de Paiva	100,00
08.08	Criação de "viveiros de empresas" a localizar no parque empresarial de Basto	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	281 319,70€	2016	Celorico de Basto	100,00
08.08	Refuncionalização de Escola para instalação de cozinha regional de fumeiro, com viveiro de empresas	506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	122 586,37€	2016	Cinfães	100,00
08.08	Readequação de instalações do mercado municipal para instalação de empresas	506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	92 952,51€	2017	Cinfães	100,00
08.08	Refuncionalização de Escola para instalação de cozinha regional de doçaria tradicional, com viveiro de empresas	506693651	MUNICÍPIO DE CINFÃES	82 525,46€	2016	Cinfães	100,00
08.08	Viveiro Empresarial dos Carvalhinhos	501091823	MUNICIPIO DE FELGUEIRAS	376 572,51€	2016	Felgueiras	100,00
08.08	Viveiro das Indústrias Criativas	501091823	MUNICIPIO DE FELGUEIRAS	40 060,91€	2015	Felgueiras	100,00
08.08	Viveiro Empresarial de Lousada	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	315 032,55€	2016	Lousada	100,00
08.08	Marco de Canaveses Empreendedor	501073655	MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES	450 284,58€	2017	Marco de Canaveses	100,00
08.08	Revitalização da TECVAL	507065743	TECVAL - Centro de Incubação de Empresas do Vale do Sousa	264 401,98€	2016	Paços de Ferreira	100,00

08.08	Viveiro de empresas de Resende	506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE	268 408,07€	2016	Resende	100,00
09.01	Contratos Emprego Inserção - Tâmega e Sousa	501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	14 454 168,34€	2015	Penafiel	100,00
09.01	CULTURAR T - Jovem ConVida (público alvo: jovens 13-18 anos)	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	710 000,00€	2016	Penafiel	100,00
09.01	CULTURART - Férias 5 Estrelas (público alvo: crianças 6-12 anos)	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	497 000,00€	2016	Penafiel	100,00
09.01	CULTURART - Atelier de Artesanato e Ofícios Tradicionais (público alvo: beneficiários RSI)	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	480 000,00€	2016	Penafiel	100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado	509266614	COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL - COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDA DE LIMITADA	399 833,96€	2016	Penafiel	100,00
09.04	VIVER + no Tâmega e Sousa	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	2 206 150,46€	2016	Penafiel	100,00
09.07	Criação de Centros de apoio ao sucesso escolar	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	53 183,19€	2016	Amarante	100,00
09.07	Reabilitação do edifício do HUB social da Chentuada	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	63 819,83€	2016	Amarante	100,00
09.07	Requalificação dos espaços de intervenção social nos bairros sociais de: S. Lázaro; Bouça do Pombal e Barracão	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	159 549,57€	2016	Amarante	100,00
09.07	Casa da Juventude de Vila Meã	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	120 812,00€	2017	Amarante	100,00
09.07	Reabilitação e ampliação de edifício para Universidade Séniior	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	265 915,96€	2016	Amarante	100,00
09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária (Viariz)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	82 009,40€	2015	Baião	100,00
09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária (Teixeira)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	70 000,00€	2016	Baião	100,00
09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária (Gôve)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	60 000,00€	2016	Baião	100,00
09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária (Ancede)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	42 000,00€	2017	Baião	100,00

09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária de Miguas (S.M Zêzere)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	42 000,00€	2016	Baião	100,00
09.07	Criação de Centro de Relação Comunitária (Tresouras)	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	42 000,00€	2016	Baião	100,00
09.07	Unidade Sócio-Ocupacional	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	40 000,00€	2017	Baião	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para serviço domiciliário, Lar - ARPIP	510945856	CENTRO SOCIAL E CÍVICO VIVER S. MARTINHO	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para casa de autonomização	506000915	ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DAS VITIMAS DA TRAGÉDIA DE ENTRE OS RIOS	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação de estrutura residencial para idosos	502605634	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE PEDORIDO	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para lar da 3ª idade e centro de dia	509154670	ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E RECREATIVA DE S. GONÇALO DE NOJÓES	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Construção de raiz de estrutura residencial para portadores de patologias na saúde mental	506244830	CENTRO SOCIAL DE REAL	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para equipamentos sociais e ações formativas	504650939	CENTRO SOCIAL DE SANTA MARIA DE SARDOURA	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para creche, pré-escolar e CATL	502312874	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SOBRADO	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para centro de dia	509879500	CENTRUM F - CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FORNOS	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação, remodelação, ampliação para CAO para pessoas portadoras de deficiência, oficinas protegidas e lar residencial	501719121	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTELO DE PAIVA	30 147,12€	2016	Castelo de Paiva	100,00
09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Codessoso) - Centro de Dia	507133358	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL S.TO ANDRÉ DE CODESSOSO	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00
09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Carvalho) - Centro de Dia	504321668	ASSOCIAÇÃO ESTRELA 'D' AMIZADE	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00

09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Mota) - Centro de Dia	501073051	CASA DO POVO DE FERVENÇA	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00
09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Canedo de Basto) - Centro de Dia	506384667	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CANEDO DE BASTO E CORGO	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00
09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Fermil) - Centro de Dia	502513306	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE DIVINO SALVADOR	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00
09.07	Adaptação e reconversão de equipamentos para apoio a idosos (Gandarela) - Centro de Dia	504009079	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE S.TO ANDRÉ DE MOLARES	62 244,76€	2016	Celorico de Basto	100,00
09.07	Alteração e Recuperação de edifício para Centro de Dia e Apoio Domiciliário	504938738	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE S.MARTINHO DE FORNELOS	395 698,56€	2016	Cinfães	100,00
09.07	Requalificação/remodelação do edifício principal, com vista à reabertura da valência de lar juvenil e melhoramento do pré escolar (faseado).	500801193	EXTERNATO Sº VICENTE DE PAULO	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Requalificação/remodelação do Externato Sº Vicente de Paulo (faseado)	500801193	EXTERNATO Sº VICENTE DE PAULO	52 276,96€	2017	Felgueiras	100,00
09.07	Remodelação/ampliação do Lar Nª Srª da Conceição (faseado)	501123652	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Reabilitação/alteração e ampliação do edifício do Lar Maria Viana, onde também são desenvolvidas as valências de creche e pré escolar (faseado)	501123652	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FELGUEIRAS	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Ampliação das infraestruturas de apoio ao serviço domiciliário (faseado)	500979294	ADIB - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE BARROSAS	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Construção de equipamento com vista à criação de um Lar residencial, um pólo CAO e SAD (faseado)	501412905	CERCIFEL	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Ampliação/remodelação de um edifício destinado a Centro de Dia e SAD (faseado)	510267262	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE STª MARIA DE POMBEIRO	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Ampliação da estrutura residencial para idosos (faseado)	504760610	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PE. ANTÓNIO MENDONÇA	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00

09.07	Construção de equipamento com vista à criação de um Lar de Idosos e de um Centro de Dia (faseado)	503311057	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTÃO	52 276,96€	2016	Felgueiras	100,00
09.07	Alargamento da Creche, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia	502358777	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE NESPEREIRA	149 996,24€	2016	Lousada	100,00
09.07	Construção de um Centro de Acolhimento Social	500852510	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA	88 223,08€	2016	Lousada	100,00
09.07	Requalificação de instalações para CAT	504402331	ADASM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL DE MEINEDO	70 586,47€	2016	Lousada	100,00
09.07	Alteração ao Centro de Dia	500852510	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LOUSADA	44 116,54€	2016	Lousada	100,00
09.07	Requalificação de Centro de Convívio para Centro de Dia	504402331	ADASM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO SOCIAL DE MEINEDO	35 293,23€	2016	Lousada	100,00
09.07	Requalificação do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	502025581	ASSOCIAÇÃO SOCIAL RECREATIVA E CULTURAL AO ENCONTRO DAS RAÍZES	30 009,32€	2016	Lousada	100,00
09.07	Construção e adaptação de equipamentos com vista à sua conversão em creches na cidade do Marco de Canaveses e em Bem Viver (duas intervenções)	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	598 765,16€	2017	Marco de Canaveses	100,00
09.07	Conclusão do Edifício e equipamento para lar de doentes de Alzheimer e outras valências sociais	509360335	ASSOCIAÇÃO DE DADORES DE SANGUE DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA	205 617,41€	2016	Paços de Ferreira	100,00
09.07	Centro de Apoio à Deficiência	501411402	OBRA SOCIAL E CULTURAL SÍLVIA CARDOSO	155 617,40€	2016	Paços de Ferreira	100,00
09.07	Requalificação de um edifício para criar um Lar Residencial e CAO	500976945	APADIMP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DIMINUÍDOS MENTAIS DE PENAFIEL	320 000,00€	2016	Penafiel	100,00

09.07	Reconversão/adaptação de edifício para CAO de apoio a pessoas com deficiência mental e física	508752272	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA FREGUESIA DA PORTELA	272 906,65€	2016	Penafiel	100,00
09.07	Requalificação de edifício para a instalação de Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) para pessoas com deficiência	502561289	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAGARES	70 000,00€	2016	Penafiel	100,00
09.07	Ampliação da oferta social do Centro Comunitário de S. Romão com criação de um módulo de acamados para idosos	506349381	MUNICÍPIO DE RESENDE	301 954,33€	2016	Resende	100,00
10.01	Plano integrado intermunicipal de combate ao insucesso escolar no Tâmega e Sousa	508889910	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	7 899 430,59€	2016	Penafiel	100,00
10.05	Escola EB 2/3 Amarante	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	500 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	Escola Básica de Figueiró	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	250 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	Escola Básica de Felgueiras	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	250 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	EB1 Barracão	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	150 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	Escola Básica Santa Comba	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	150 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	EB1 Santa Comba - Real	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	100 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	EB1+JI Torreira - Fregim	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	100 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	JI Figueiró	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	75 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	JI Mancelos - Felgueiras	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	75 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	EB1 Bela Vista - Cepelos	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	75 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	EB1 Igreja - Vila Caiz	501102752	MUNICÍPIO DE AMARANTE	75 000,00€	2016	Amarante	100,00
10.05	Escola EB 2/3 de Santa Marinha do Zêzere - requalificação	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	75 000,00€	2016	Baião	100,00
10.05	Escola EB 2/3 de Eiriz - requalificação	506854299	MUNICÍPIO DE BAIÃO	75 000,00€	2016	Baião	100,00
10.05	Escola Básica de Castelo de Paiva	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	1 000 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00
10.05	Escola EB1 de Oliveira do Arda	502678917	MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA	75 000,00€	2016	Castelo de Paiva	100,00

10.05	Reabilitação e manutenção da Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	1 500 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
10.05	Escola Básica da Gandarela	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	150 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
10.05	Escola Básica JI do Rego	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	50 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
10.05	Escola Básica da Mota	506884929	MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO	50 000,00€	2016	Celorico de Basto	100,00
10.05	Escola D. Manuel Faria e Sousa	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	1 500 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Idães	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	75 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
10.05	Escola Básica de Outeiro, Longra	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	50 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
10.05	EB1 de Varziela	501091823	MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS	50 000,00€	2016	Felgueiras	100,00
10.05	Escola Básica de Lousada Centro	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	1 000 000,00€	2016	Lousada	100,00
10.05	EB 2/3 de Silvares - beneficiação	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	100 000,00€	2016	Lousada	100,00
10.05	Escola Básica de Lousada Este	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	75 000,00€	2016	Lousada	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária Lousada Oeste	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	75 000,00€	2016	Lousada	100,00
10.05	Escola Básica e Secundária de Lousada Norte	505279460	MUNICÍPIO DE LOUSADA	75 000,00€	2016	Lousada	100,00
10.05	EB 2/3 do Marco de Canaveses	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	500 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 de Eiró - Soalhães	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	200 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 da Esperança - Várzea, Aliviada e Folhada	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	75 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 + JI do Cruzeiro	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	75 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 de Vale do Côvo - Alpendorada, Várzea e Torrão	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	50 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 da Feira Nova - Bem Viver	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	50 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00
10.05	EB1 de Lordelo - Vila Boa de Quires	501073655	MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES	50 000,00€	2016	Marco de Canavese s	100,00

10.05	Escola Básica Dr. Manuel Pinto Vasconcelos	502173297	MUNICÍPIO DE PAÇOS DE FERREIRA	500 000,00€	2016	Paços de Ferreira	100,00
10.05	Escola Básica D. António Ferreira Gomes	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	1 500 000,00€	2016	Penafiel	100,00
10.05	Escola Básica de Cruzeiro - Freguesia de Galegos - requalificação	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	75 000,00€	2016	Penafiel	100,00
10.05	Escola Básica de Igreja - Freguesia de São Mamede - requalificação	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	75 000,00€	2016	Penafiel	100,00
10.05	Escola Básica de Croca - Freguesia de Croca - requalificação	501073663	MUNICÍPIO DE PENAFIEL	75 000,00€	2016	Penafiel	100,00

**Resumo dos Dados:**

Nome Beneficiário	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA	NIF	508889910
Submetido por	EIDT	NIF	EIDT
Data de Submissão	21-05-2015		